

# Plano estratégico defende a criação de um Cartão de Cidadão Transfronteiriço

O AECT Rio Minho apresentou ontem várias propostas para a recuperação do Rio Minho Transfronteiriço pós Covid-19, como a criação de um Cartão de Cidadão Transfronteiriço. Autarcas dos dois lados da fronteira celebraram reabertura das pontes internacionais.

A operacionalização de um Cartão de Cidadão Transfronteiriço, que será *“a base do desenvolvimento de um programa-piloto que promova a simplificação da vida das pessoas, promovendo uma verdadeira cidadania europeia”*, foi uma das propostas avançadas ontem pelo Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) Rio Minho para recuperar o Rio Minho Transfronteiriço pós Covid-19. *“Reclamamos a criação de um Cartão de Cidadão Transfronteiriço que identifique todas as pessoas que vivem neste território, os que aqui fazem a sua vida, aqui trabalham e aqui vivem os seus tempos de lazer, independentemente do país em que residem e para que no futuro, se houver necessidade de voltar a fechar as fronteiras, estas pessoas não voltem a ser afectadas”*.

O [AECT Rio Minho](#) defendeu ontem, na ponte internacional que liga a vila de Melgaço a Arbo, na Galiza, a implementação de uma ITI (Intervenção Territorial Integrada) de dimensão transfronteiriça, deixando o desafio às entidades regionais e nacionais com competências na gestão de fundos comunitários de

*“assumirem a utilização destes instrumentos específicos contemplados na regulamentação europeia, baseados em estratégias de desenvolvimento local participativo e que permitem a adopção de modelos organizativos e de gestão mais próximos dos territórios”.*

O AECT Rio Minho considera que a [Estratégia 2030 do Rio Minho Transfronteiriço](#) “é uma boa base” para a formulação de uma ITI a acordar entre os estados português e espanhol. O AECT deixou o alerta: *“a pandemia de Covid-19 vai trazer uma crise económica importante, que será a dobrar nesta região devido ao encerramento das fronteiras, porque nos impediram de nos relacionar comercial e economicamente com os nossos vizinhos do lado. Por isso, instamos as autoridades regionais, nacionais e europeias a agilizarem os instrumentos económicos necessários para compensar este território. Exigimos [a criação da figura da ITI para o próximo quadro comunitário](#)”.*

No encontro entre os vários autarcas dos dois lados da fronteira, e que serviu para assinalar a reabertura de mais três pontos de passagem no Rio Minho, o AECT Rio Minho pediu ainda que, durante o próximo período de apoio dos fundos comunitários 2021-2027, se *“faça um investimento focado no território”, exigindo-se “medidas compensatórias”* às empresas e trabalhadores transfronteiriços, em particular através da promoção de um programa de apoio específico ao comércio local dos concelhos transfronteiriços. Mas há mais. *“Queremos o reforço de medidas de apoio indirectas, designadamente a implementação de uma campanha de promoção conjunta em Portugal e Espanha, de modo a transmitir a mensagem de território seguro e o retorno e a importância do comércio local transfronteiriço”,* apelou.

*“Felicidade será completa quando abrirem as fronteiras para todos”*



O Alto Minho e a Galiza contam com cerca de seis mil trabalhadores transfronteiriços. Ontem, a celebrar a reabertura da ponte internacional entre Melgaço e Arbo, estavam Cecília Puga, que vive em Arbo e trabalha em Melgaço, e Hugo Rodrigues, que vive em Melgaço e trabalha em Arbo. Cecília Puga tem um salão de cabeleireiro em Melgaço e estava “muito feliz”, porque ontem *“finalmente”* voltou a demorar seis minutos para chegar ao trabalho.

A cabeleireira também estava *“entusiasmada”* por ter oportunidade novamente de ir almoçar a casa e ter tempo, à noite, para outras actividades. *“Finalmente não passamos o dia na estrada a fazer quase 200 quilómetros por dia. Claro que*

*isto ainda é a meio gás, porque faltam os clientes e ao sábado temos que fazer na mesma os quase 200 quilómetros”, atirou a cabeleireira, garantindo que “a felicidade será completa quando abrirem as fronteiras para todos”. Cecília Puga foi mais longe: “esse será o dia para festejar o regresso a uma vida normal de convivência de dois povos que sempre estiveram juntos. Nunca senti que trabalhava no estrangeiro, até que nos colocaram aqui um muro”.*

Também Hugo Rodrigues, que vive em Melgaço e trabalha numa adega em Arbo, estava feliz. “É muito duro ter que fazer perto de 200 quilómetros para chegar ao meu emprego que fica do lado de lá da ponte. É uma alegria enorme conseguirmos voltar a passar aqui todos os dias”, confidenciou.

### ***Reabilitação “bem feita” nas EN101 e 202 é “exigência absolutamente crucial”***

Porque os territórios de fronteira têm sido “esquecidos”, o presidente da Câmara Municipal de Melgaço assumiu ontem que “há uma exigência absolutamente crucial numa reabilitação bem feita, bem pensada e bem estruturada da EN101, que liga Valença a Monção, e da EN202, que liga Monção a S. Gregório, em Melgaço”. Manoel Batista foi peremptório: “exigimos, porque é um direito destes municípios que há muito tempo não têm qualquer investimento estruturante, muito menos na rodovia”.

O autarca de Melgaço, que falava aos jornalistas na ponte internacional que liga aquela vila minhota à localidade de Arbo, na Galiza, admitiu que a reabertura das fronteiras “continua a soar como uma pequena vitória, porque a pretensão

*de todo o território é que a fronteira, na sua amplitude, se abra para que os povos de ambos os lados possam circular livremente e viver em família como sempre fizeram e que criaram ao longo de séculos, tendo sido reforçada nas últimas décadas”.*

Manoel Batista destacou ainda a “*relevância e eficácia*” do Agrupamento Europeu de Co- operação Territorial (AECT) do Rio Minho, que “*foi capaz de congrega- r toda a gente dos dois lados da fronteira nas últimas duas semanas*”, aplaudindo ainda “*o plano estratégico detalhado com acções concretas para que sejam colocadas no território de um lado e do outro da fronteira*”.

O presidente reiterou ainda que espera que no próximo quadro comunitário de apoio seja reforçado “*o investimento nas zonas de fronteira, tanto do lado português, como do galego*”. Por isso, Manoel Batista deixou o apelo: “*que os governos português e espanhol tenham noção exacta que neste território há mais de uma década que não se fazem investimentos estruturantes*”.

De referir que na passada quinta-feira, Portugal e Espanha acordaram a abertura de mais quatro pontos de passagem na fronteira, em [Melgaço](#), Monção, Vila Nova de Cerveira e [Miranda do Douro](#). Estes quatro novos pontos de passagem juntam-se assim aos que já tinham sido autorizados e que estão a funcionar em permanência.

No Alto Minho, o único ponto de passagem autorizado para trabalhadores transfronteiriços e transporte de mercadorias era a ponte nova sobre o rio Minho, que liga as cidades de [Valença](#) e [Tui](#). Desde ontem juntam-se as passagens condicionadas, nas pontes de [Vila Nova de Cerveira](#) e [Tomiño](#), [Monção](#) e [Salvaterra de Miño](#) e [Melgaço](#) e [Arbo](#).

